«O DIA» ouve os candidatos democráticos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa

Dr. Martins Canaverde (CDS)

«Se o PS tem sido incompetente ao nível do Governo porque há-de ser competente ao nível das autarquias?»

"Se o PS tem sido incompetente ao nível do Governo porque é que há-de ser competente ao nível das autarquias locais? " - pergunta o dr. Martins Canaverde (CDS) acerca do acto eleitoral que se efectua depois de amanhã, numa entrevista concedida ao "O DIA" e com a qual se termina uma consulta que fizémos aos dirigentes partidários concorrentes à Câmara de Lisboa.

Outras importantes declarações foram feitas pelo candidato centrista à presidência da C.M.L. para as quais chamamos a atenção do leitor.

Iho criou o Governo? ⇒Que

indústrias lançou ou Bensa

lançar e onde? Que autori-

dade tem tido para fazer

cumprir a legalidade demo-

crática? Que segurança, que

futuro está a reservar aos

portugueses, nas escolas, na

universidade, no campo e nas

Afinal, o que quer o go-

O sr. primeiro-ministro, na

televisão, veio dizer que sa-

bia o que queria e para onde

ia - a memória e o subcons-

ciente às vezes pregam cada

partida às pessoas - mas o

Povo, de olhos e ouvidos

bem abertos já percebeu que

meteram não passa de ilusão

e de promessas, pelo que é

natural que não vote maiori-

tariamente P.S. e muito me-

nos Povo Unido, ou seja P.C.

geral do País, quais as per

spectivas que se oferecem ao

CDS nesta consulta eleito-

ral? Como cabeça de lista

que é a Câmara Municipal de

Lisboa poderá definir as

grandes linhas do seu partido

quanto à futura actuação po-

lítica e económica no âmbito

dos órgãos do poder local e

particularmente nas que se

referem à Câmara de Lis-

A.M.C. - O CDS é o parti-

do que mais tem crescido em

Portugal, não obstante todos

os ataques injustos e infun-

dados de que tem sido víti-

ma. Actualmente, com a si-

tuação política mais clarifi-

cada, com as pessoas a sabe-

dos grandes partidos que,

por nunca ter estado nos go-

vernos provisórios, nenhuma

em que o País caíu, segundo,

que o Relatório da Comissão

de Averiguação de Violências

sobre presos sujeitos às Au-

toridades Militares, recente-

mente publicado, e, que to-

dos os portugueses devem

ler, elucida quem são os de-

mocratas e os partidos que

lhes merecem confiança e os

que no período vermelho da

Revolução, mais conhecido

por "gonçalvismo", exercita-

ram as suas habilidades de-

nunciadoras e vocações tota-

confiança no CDS pelo que

as pespectivas são quanto à

votação no conjunto do País,

vam os seus problemas sem

Cresce a esperança e a

responsabilidade tem na crise

"O DIA" - No cômputo

a prosperidade que lhe pro-

político-social e também económico em que se vão efectuar estas eleições poderá constituir um "referendum" à actividade governativa do gabinete socialista?

Europa Ocidental pela geografia, pela civilização e pelo futuro. Aí não existem regimes socialistas mas regimes democráticos. Aí, os partidos socialistas se ganham as eleições são Governo, se perdem, são oposição, se governam mal, são apeados através

Em Portugal, as coisas não podem passar-se de forma diferente. Embora as eleições para as autarquias locais não sejam, ao contrário das eleições para a Assembleia da República, determinantes, directamente, da queda ou não, do Governo, o certo, Socialista tiver no País, como se espera, grande abaixamento em relação às eleições de Abril passado, certamente que o Governo aceitará essa derrota como rejeição, pelo Povo, da sua política e daí terá que tirar as inerentes

É evidente que os leitores são chamados a escolher, nestas eleições, aqueles que, em seu entender, melhor os podem representar nas freguesias e nas camaras municipais. As pessoas, porém, não podem fechar os olhos à realidade económica e à situação social e política em que

A crise económica é grave rem, primeiro, que é o único e preocupante. As empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado, em regra geral, vivem sentadas à mesa do Orçamento do Estado. Os prejuízos acumulam-se e muitos dos trabalhadores, sobretudo em Lisboa e na Cintura Industrial, começam a viver angustiados e inseguros pela incerteza de receberem ou não, no fim dos meses, os seus ordenados.

Os empréstimos externos acumulam-se assustadoramente. Os preços têm subido, a inflação aumenta e não se ve o Governo Socialista tomar medidas para por a nau económica a flutuar, ou

A esquerda é generosa mas ncompetente. Aliás, é fácil

O descontentamento, mesmo ja desencanto, comecam

O empobrecimento do País é evidente pelo que, as pessoas, através do voto, tem oportunidade de manifestar ao governo socialista a sua

Alias, se na chamada fase de transição para o socialismo é o que se vê e sente, o que será se o socialismo se implanta? !

reprovação e rejeição.

necessidade do Governo Cen-

Não é descentralização, o governo deslocar-se ao Porto. à Guarda ou a quisquer outras localidades para ai fazer Conselhos de Ministros e tomar umas tantas decisões. Isso será turismo interno, folclore colectivo, mas não é descentralizar - é centrali-

Bonaparte também cruzou a França em vários sentidos e foi um absolutista e centralizador, pelo que hoje a História regista Bonapartismo como sinónimo de absolutismo e não como sinónimo de democracia ou descentralização. Para nós o "Estado deve perder em músculos o que ganha em nervos". Quer dizer, o Estado deve devolver aos Municípios toda uma série de actividades e de funções que podem ser prosseguidas, mais eficientemente e, com maior rendibilidade, pelos órgãos do poder local que se não devem ser Estados dentro do Estado, não podem continuar a ser uma espécie de agências do Go-

Constitui ainda linha principal do partido quanto às autarquias locais - regionalizar, ou seja, criar regiões de desenvolvimento, cabendo às autarquias locais criar nessas regiões, as infraestruturas necessáras ao estabelecimento condições para o investimendesde o saneamento, a estradas passando pelas redes de

água, luz e telefone. Economicamente, trata-se de fazer crescer e progredir o País, de o desenvolver em termos modernos, de criar mais riqueza para distribuir por todos os portugueses em termos justos.

de Lisboa, apresenta algumas especialidades, pois além de sede do maior Concelho é

douro Municipal".

coloca à descentralização administrativa, e simultaneaórgãos regionais?

A.M.C. - Há sempre duas ordens de limites à descentralização, a saber: uma, resultante da existência de serviços públicos necessários à so berania e independência nacionais e, outra, resultante

legalidade por forma a existir

de um aumento substancial e nítido. As grandes linhas poda eficiência. líticas do partido quanto à Quer dizer, ao Governo política municipal global são Central, cabem a defesa naas de reivindicar uma real e cional, a diplomacia, a Justiverdadeira autonomia finança e os serviços fiscais, financeira para as autarquias loceiros e monetários. Tudo o cais — as grandes depositárias mais, em nosso entender, poda soberania popular - e de ser descentralizado, nouma efectiva descentralizameadamente, a assistência, ção por forma a que sejam as educação, cultura e obras. pessoas quem, nas localida-Por exemplo em Inglaterra a des onde vivem e labutam, própria polícia é municipal. Cabe ainda ao Governo Cenatravés dos seus representan-

de actividades económicas e sociais bem como criar as respeita a parques industriais,

Neste domínio, a Câmara também a capital do País.

Aqui estão grande parte das sedes e escritórios de muitas empresas e os seus respectivos serviços, pelo que para além da descentralização e da autonomia financeira, a Câmara terá de lutar, junto do Governo, pela municipalização de empresas e serviços nacionalizados que nada justifica estarem nas mãos do Estado, mau gestor, como é o caso do Metropolitano, da Carris e do Mata-

"O DIA" - Que limites mente quais os critérios propostos pelo CDS no que respeita ao financiamento dos

tes livremente eleitos, resoltral o controlo e defesa da

uniformidade em todo o

A autonomia financeira é a outra face da descentralização. Terá de ser, portanto, proporcional à descentralizacão, e esta à autonomia. Simplesmente, no orçacristă, mas as autarquias lo-

cais em que o CDS obtenha

maioria, saberão pugnar reso-

lutamente pela defesa das lo-

calidades e respectivas popu-

O ideal, porém, será que'

as autarquias locais tenham

uma autonomia e amplitude

de atribuições que as tornem

verdadeiramente autónomas

em relação ao governo, a es-

te, ou aos que lhe seguirem".

"O DIA" - Uma análise

fria dos problemas actuais da

Câmara de Lisboa obrigam à

elaboração de um projecto

de prioridades que importa

levar a cabo o mais urgente

possível. Que soluções preco-

niza o CDS, a curto e a mé

dio prazo, para a resolução

de problemas prementes co-

mo são os transportes, habi-

tação, abastecimentos e ur-

A.M.C. - Em matéria de

insuficientes caros e

ou menos atrasados,

propomo-nos melhorar as

vias bem como o ordenamen-

to e racionalização do tráfe-

go, em vista de maior como-

didade e segurança para os

que ser aumentada, através

Nas zonas centrais da cida-

económicos e melhor

de uma mais racional utiliza-

de, os eléctricos serão gradual-

mente eliminados. Mini-bus,

adequados à circulação lis-

boeta, sobretudo em ruas on-

de os autocarros não podem

ser utilizados, serão estuda-

dos e adequados ao serviço

colectivos planeada em con-

jugação com os planos de ur-

banização, não será descura-

Franca de Xira - com a in-

tervenção dos utentes, das

empresas, do Estado e da Ca-

Aliás, há que resolver com

Governo, a situação da

Carris e do Metropolitano

nacionalizados, quando em

nosso entender, deviam ser

O peão e a sua defesa,

Uma rede de transportes

ção dos semáforos.

sente, apenas à Câmara.

Há que estabelecer legal-

mente e a Câmara não tem

atribuições legais, legislação

correcta e justa quanto ao ar-

rendamento urbano, no que

respeita, nomeadamente, a

Não faz sentido, que ren-

das em prédios de renda limi-

tada, como por portaria do

ministro da Habitação, de há

dias, foi estabelecido, com

um quarto de dormir sejam

de 2000\$00, de 2 quartos

3600\$00; com 3 quartos

4300\$00; com 4 quartos.

4800\$00 e com 5 a renda de

5500\$00 e por outro lado,

haja rendas congeladas de de-

nas onde existe há que pro-

Os terrenos camarários, se-

nados à construção de casas

para as classes mais desfavo-

Cada família tem direito a

As barracas e casas abarra-

um lar, que não é apenas um

espaço onde se dorme mas

cadas não podem aumentar.

A solução desse magno pro-

blema, só a longo prazo pode

ser encarada. Depende de vá-

rios factores, nomeadamen-

te, da falta de polos de de-

senvolvimento, noutras re-

giões do País, que, criem aí

condições de vida de tal for-

ma dignas e aliciantes que

não continuem a afluir a Lis-

boa todos os anos, muitas

melhores condições de vida.

cão de casas de renda econó-

mica, renda limitada e em

propriedade revolúvel bem

como pela propriedade hori-

A Câmara não existe para

Relativamente aos abaste-

cimentos, impõe-se uma

reorganização do matadouro

fazer negócios e muito me-

nos para explorar a miséria.

pessoas em busca justa, de

Somos a favor da constru-

não se vive, nem convive.

ceder à sua recuperação.

zenas de escudos.

lações e seus direitos.

CONTINUAÇÃO

DA ENTREVISTA

mento apresentado à Assembleia da República pelo Governo Socialista, este revela--se centralizador, como é próprio de todos os partidos socialistas. Se não vejamos: atribui às autarquias locais 5 por cento das despesas totais do Orçamento Geral do Estado, enquanto em Inglaterra, para lhe dar um exemplo, esse montante vai a 70,80 por

Para nós, o ideal seria, pacomeçar, que a repartição entre poder local e central, no que respeita, a despesas, fosse da ordem dos 50 por cento para o poder local e 50 por cento para o poder cen-

Portanto, a visão do Governo Socialista expressa através do Orçamento Geral do Estado, é altamente centralizadora e as autarquias locais, pelos vistos, terão que continuar a solicitar do Governo, comparticipações para obras à boa maneira antiga.

"O DIA" - Que política prosseguirá o CDS quanto às relações poder local-poder central? As autarquias podepensatório - política e admilizando ou modelando a sua

A.M.C. - Nas relações poder local-poder central, a poítica do CDS é de total independência e de diálogo, sem subserviêncas e chapeladas. Embora numa perspectiva

nacional, não deixará jamais de defender intransigente mente os direitos e os inteesses gerais das populações. Antes de mais, é necessário que a Lei que vier a definir as atribuições e compe-

Impõe-se a criação de uma instituição com o objectivo tências das autarquias locais de elaborar os estudos e fore respeite uma larga descenmular as propostas de solutralização e autonomia finanção de conjunto para o funceira por forma a que realicionamento e exploração dos zem integralmente os fins transportes colectivos de suque presidiram à sua criação perfície e subterrâneos para que como é sabido, vem, ena Grande Lisboa, englobando tre nós, desde a ocupação roos concelhos limítrofes - todos os da outra banda até Setúbal, de Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Loures e Vila

Sem dúvida que o facto de as autarquias locais passarem, a partir das eleições do próximo domingo, a ser integradas, nos seus órgãos, por pessoas eleitas, vai politicamente conferir às autarquias uma força e um peso que até aqui não têm tido.

Têm toda a legitimidade para participar e dialogar permanentemente com o Governo, o que necessariamente vai influenciar a política governamental e até modelar

das aos senhores ministros e

viverem sem recursos para sa-

tisfazer as necessidades lo-

cais. Isso era antigamente.

Em nosso entender, o Estado

e os Governos existem para o

Homem e não este para

É claro que, nem o gover-

no socialista, vai deixar de

ser colectivista e marxista,

personalistas de inspiração

ocuparão a primazia. Há que estudar e implantar centrais de camionagem O Governo, a meu ver, urbana e interurbana bem não é "superior" das autarcomo centrais de camionaquias mas parceiro num Estado de Direito, democrático e Parques de estacionamen pluralista. O Governo tem que convencer-se que as autarquias não existem para organizar sessões de boas-vin-

municipalizados.

to, urge que sejam construí-Nas zonas mais saturadas de transito, um horário para carregamento e descarregamento de mercadorias, deve ser estabelecido e cum-Horários flexíveis ajuda-

rão a resolver o problema do Lisboa deve ter mais táxis. Relativamente à habitação

urbanismo, Lisboa, deve

uma bela e asseada cidade

Europa Unida, mas não

de aves, bem como a modernização e higienização dos mercados de abastecimento. A venda ambulante terá que ser disciplinada. Lisboa não pode transformar-se nu-

Os mercados fixos ou de

levante deverão ser instala-

dos para facilitar os abasteci-

mentos públicos, nomeadae adequada descentralização. mente, no que se refere às boas condições de qualidade habitação não cabe, no pree preço dos géneros alimenti-

cios, evitando, em todo o ca-

"O DIA" - Ao longo da campanha, tem sido considerada certa, nomeadamente por dirigentes do PPD-PSD a vitória da lista apresentada pelo PS. A circunstância de o oposição ao Governo socialista, e também a popularidade que o dr. Martins Canaverde tem nos meios desportivos, uma vez que foi presidente do Benfica e da Federação Portuguesa de Futebol, poderão de algum modo justificar uma vitória na corrida à presidência da Câmara?

E um problema complexo Porque não aceitou o repto da lista PPD-PSD para um mas que terá que ser enfrentado de frente, se queremos, como desejamos, incrementar a construção civil, sector Q.M.C. — Se, ao longo da A curto prazo e para além de cuja actuação, cabe, em

cação para se considerarem A Câmara lutară pela elinão acreditam que o Povo das pela população, elimiminação da especulação quanto a terrenos, mas não não sucede connosco. Se o criará peias desnecessárias à PS tem sido impotente ao níconstrução civil desde que esta respeite as regras de inos problemas, que lhe cabem teresse geral que urge fixar. resolver porque é que há-de A construção clandestina ser competente ao nível das não deve prosseguir e nas zo-

> Sem triunfalismos, o CDS, oposição ao Governo sociaista e a todos os socialismos. os que vão muito depressa ou os que vão mais devagar mas propugnam a colectivi zação dos meios de produção a morte da iniciativa privada, considera que as propostas e as pessoas que indica, são tão boas como as dos e que o eleitorado acredita, cada vez mais no CDS e a vitória nas eleições

em Lisboa, pode pertencer ao sua Assembleia-Geral, como fui presidente da Federação

Isso significa que estou um pouco habituado a administrar com pouco dinheiro. E claro que, se os sócios e simpatizantes do meu clube, votarem CDS por me conhecerem, e, portanto, considerarem que sou capaz, é natube, leve a lista que encabeço

Quanto a um debate pú-G.R.T - A proposta coblico, lançado pela lista do PPD-PSD, logo que tive conhecimento dele, comuniquei a dois ilustres candidatos desta lista que, por mim considerava o convite demagogico, mas que estava ao dispor. Era só marcarem local, dia e hora, pois o local que

a uma vitória para a presi-

dência à Camara de Lisboa.

Arq. Gonçalo Ribeiro Teles (PPM)

«As eleições do próximo domingo não contribuem para o processo democrático em curso»

tramento dos quarteirões e

que neles surja a cidade

Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, professor catedrático em Évora, é membro do directório do Partido Popular Monárquico e candidato por esse partido à presidência da Câmara

Secretário de Estado do Ambiente nos Governos provisório (com excepção do V), é presidente da assembleia geral do Centro Nacional de Cultura e foi um dos fundadores do Movimento Monárquico Popular

Ribeiro Telles tem-se distinguido, ao longo do processo volucionário, pelas posições assumidas, particularmente no capítulo da pseudo-reforma agrária, cujos desmandos tem denunciado, apontando igualmente soluções exequíveis e de competência. "O Dia" ouviu-o sobre alguns temas relativos às eleições para as Autarquias Locais.

qualidade de vida é um dos objectivos básicos apontados pelos candidatos monárquicos. Neste aspecto, quais são, a curto prazo, as iniciativas propostas pelo PPM relativamente à cidade de Lisboa? Gonçalo Ribeiro Telles A promoção da qualidade de vida tem que ser encarada sob variadíssimos aspectos,

Propomos um programa

que tem por objectivo a me-

lhoria da "qualidade da vi-

A exclusiva utilização

pelo peão, em determinadas

horas de ponta importante,

da Baixa pombalina e das zo-

nas tradicionais de convívio

seios, dos carros que desor-

denadamente aí estacionam.

guns parques de estaciona-

mento nos bairros habitacio-

rais e o aproveitamento para

o mesmo efeito de espaços

- A realização de obras de

quipamento urbano, restau-

o e recuperação da cidade,

a fim de dignificar aspectos já

A valorização dos jar-

Aplicação duma taxa,

ons, tão desprezados e de-

gradados, exigindo uma in-

destinada a obras de equipa-

mento urbano, aos partidos

políticos que utilizarem as

paredes para propaganda, pa-

ra além duma certa área pre-

vista para cada rua e largo.

"0 DIA" - Em que medi-

da terá a tradição comunalis-

a do Partido Popular Monár-

quico influenciado as linhas

programáticas dos candida-

os do partido às autar-

unalista do PPM determina

política seguida no que diz

espeito às eleições para as

Criticou-se, em devido

o sistema eleitoral

A desobstrução dos pas-

A implantação de al-

O PPM propõe que a cidacontinuada das autarquias locais, apoiadas e dinamizadas de seja constituída por comunidades resultantes das Qualidade de vida" imcircunstâncias históricas de vizinhanca, convívio e convesaúde, subsistências, transportes, educação, re-

Essas comunidades (bair ros) deverão agrupar-se em circunscrições, a fim de se possibilitar uma melhor distribuição de serviços e de equipamento, e que consintam a indispensável descentraliza

autêntica vida política local,

mas apenas ecos da politiqui-

ce partidária desvinculados

Por este motivo, a nível de

freguesias, o PPM apoia can-

didatos democráticos inde-

pendentes sem marca parti-

dária. Concorre em determi-

nadas autarquias com listas

próprias, a fim de melhor po-

der apresentar a sua proposta

da realidade regional.

cípio compete a promoção das iniciativas existentes. O Estado não deve substituir o Município, competindo-lhe intervir nas regiões mais afastadas e desfavorecidas do ter-

ritório portugues. A escola está fechada e desarticulada, competindo às Universidades articulá-la e aos Municípios e aos orgãos comunais de vizinhança abri-la. Só uma política comunalista no Município po-

derá conseguir essa abertura. "O DIA" - Acerca das estruturas urbanas da capital quais os factores que levam o PPM a defender o restabelecimento da imagem histórica

G.R.T. - São factores de ordem cultural, social e económica que determinam a nossa atitude perante a imagem histórica da cidade.

A defesa e o restabelecimento dessa imagem, conforme à natureza, à realidade geográfica do território e à história, é indispensável para se conseguir harmonia e equilíbrio nos trechos urbanos. É necessário defender a escala humana da casa, da rua, do largo e da praça, para que o homem se sinta realizado no seu ambiente: na cidade e no seu bairro.

Lisboa é um marco da cultura europeia que nos compete defender e prestigiar.

As 'paredes históricas' são, para além de um património cultural, um recurso social e económico valioso, que poderão ajudar em muito a resolução do problema da habitação, que deve deixar de subordinar-se aos interesses especulativos fundiários e à construção civil, como até agora se tem subordi

As paredes da cidade antim curso e a projectada rega e os edifícios das avenidas administrativa que, a novas mais arruinados pelos fectivar-se, conseguirá apes uma descentralização dos homens do que carcomidas pelo tempo, deverão ser recuperadas para habitação; omia administrativa e finanœira dos municípios não há sendo de impedir o esven-

monstruosa dos apartamentos de duas assoalhadas, empilhadas em edifícios de grande altura, os quais comprometem a vida da própria cidade e marginalizam grande parte da sua população. Quantos apartamentos em

edifícios destes existem, com casas de banho e cozinhas, utilizados como escritórios onde aquele equipamento foi inglória e antieconomicamente consumido? Não mais se deverão repe-

tir casos como o "Martim Moniz", nem de demolições outros edifícios recuperáveis, em holocausto a uma cidade utópica e impossível. Os espaços livres da cidade

istórica têm que ser recuperados, bem como os jardins e quintais abandonados. As silhuetas da cidade não odem mais ser afectadas

volumes de construção

bsurdos, nem os espaços livres por utilizações impró-"O DIA" - A habitação é, alvez, o problema mais agudo da urbe lisboeta. Em que medida pensa o sr. Arquitecto que essas carências pode-

rão vir a ser reduzidas e quais

soluções que propõe para

G.R.T. - O problema da nabitação só poderá ser encaado decisivamente quando se constituir a Federação de Municípios da Região de Lisboa, e estiver organizado o

seu governo. Numa primeira fase será constituída uma Federação na margem norte do Tejo, va; zonas rurais. englobando os concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Mafra, Sintra, Sobral, Arruda, Loures e Vila Franca, e concertado um plano integrado

para resolução do problema. "O DIA" - O sr. Arqui-Cada município não pode desconhecer os programas municípios vizinhos, nem comportar-se como mono processo de especulação de terrenos.

No que respeita exclusivanente ao concelho de Lisboa, há que obter, através de diversas medidas, o maior número possível de casas espaçosas, agradáveis e sadias, na zona histórica da Cidade. Para o efeito, é necessário reitalizar essa zona "históri-, facilitando a permanêndigna dos respectivos habitantes, há muito instala-

Para obras de alteração peneficiação e manutenção, empre que a segurança, o em-estar e o património cultural da cidade o exigirem, será constituído um fundo permanente.

Não mais se poderão de slocar para situações de mar ginalização, famílias e pessoas sem defesa contra a especulação particular ou ca-

Resolver o problema da nabitação não é apenas construir casas. Há que construí--las sadias e espaçosas, a fim de se poderem adaptar à evolução normal da família Queremos casas para três gerações (filhos, pais e avós) Não permitiremos, em Lis-

boa, e bem gostaríamos que ossemos seguidos pelo resto do País, a construção de prédios com mais de quatro pisos, incluindo o térreo. As excepções terão de ser plenamente justificadas, por critérios de valor social, urbano e estético, muito específicos e bem definidos, Sabemos que é esta a altura mais económica que permite uma vida uraquela que permite um melhor rendimento social do solo Para nós, "habitar" implica:

Casa digna, espaço exte-

Monsanto, através da consti-

tuição, no alto do Parque

Eduardo VII, de uma zona

aproveitando os edifícios da

Penitenciária e. do antigo Co-

légio de Campolide, e a Casa

Ventura Terra. Promovería-

mos a construção dum "me-

nocarril" aéreo, que ligaria a

colina do Pavilhão dos Des-

portos ao miradouro de

Montes Claros, tornando as-

sim possível a chegada a

hora. Com o mesmo fim se-

rão construídos caminhos de

peões, entre as áreas arbori

Promoveremos a ligação

também para peões, do jar-

dim do Campo de Santana

ao Largo de S. Domingos, e

noutras zonas da cidade pro-

curaremos identico propósi-

to, abrindo caminhos através

de jardins e ruas sossegadas.

remos, desde logo, a estudar

e promover a ampliação do

Campo Grande para terrenos

impróprios para construção,

como sejam os do Jockey

Club e da Praça do Império

para os terrenos fronteiriços

ao renque de casas quinhen-

de criação de corredores para

os transportes públicos, e ini-

ciaremos a de uso exclusivo

cas de certas zonas da cida-

de, permitindo-lhes seguran-

ça e comodidade, nomeada-

Acabaremos com as demo-

lições e o abandono de edifí-

cios, que vai servindo de jus-

tificação para serem demoli-

Continuaremos a política

tistas dos Jerónimos.

Se formos eleitos, começa-

Monsanto de 600 pessoas por

de Actividades Culturais,

rior livre, próximo (largos e jardins), transporte acessível. Propomo-nos, portanto, criar nas zonas habitacionais já existentes áreas de jardins e recreio, e incluir, em todos os novos planos de expansão urbana, áreas para o mesmo efeito, na base de 10 metros

2 por habitante. A recuperação dos bairros cladestinos e camarários impróprios deverá ser feita através de soluções definitivas e evolutivas. Terão que ser, estas zonas habitacionais, apoiadas por vastas áreas de 'hortas sociais".

O solo da área metropoli tana tem de servir os habi tantes da região, e este objec tivo atinge-se por meio da limitação dos direitos de uso às entidades que dispõem de parcelas do solo em causa ncluindo o Estado e a Ban-

Há que estabelecer crité rios que possiblitem uniformizar os preços e fixá-los dentro de limites que não favoreçam os especuladores de terrenos, ao serviço dos quais tem estado a construção ci-

Assim, há que promover a fixação dos preços de terrenos conforme a divisão por cinco tipos de zonas: Zonas: ocupação consistente; zonas de ocupação pouco densa; zonas de agricultura intensi-

Há que garantir aos municípios a aquisição do máximo possível do solo urbano, em que tenham sobre ele poderes decisivos de disposição.

tecto é candidato à presidência da CML. Gostaria que fizesse uma análise sumária da actividade que o Município de Lisboa tem desenvovido indicando quais são, em sua opinião, os campos de actividade a encarar prioritariamente nesta nova fase democrática da vida municipal

G.R.T. - O Município de

isboa não tem realizado obra válida, desde há longo tempo. Perdeu-se na elaboração constante de planos para a cidade, como é o actual plano director de Lisboa que vem destruindo possibili dades de a cidade construir o seu futuro numa escala viável, ao serviço do homem e da cultura. São os "Martim Monizes" impossíveis de se concretizar; a rede de túneis utópica e também inviável; as artérias majestosas para edifícios sem utilidade, enquanto se esquecem as obras possível, humanas, e que be neficiariam a vida e o bem -estar dos habitantes no futu

ro imediato. Caso sejamos eleitos, tere mos que partir do já infeliz mente mai construído, mas prometemos submeter todos os planos existentes à Assembleia Municipal e, se reprova dos por ela, substituí-los rapidamente por um planea mento constante e pela reali zação efectiva dos empreen dimentos capazes e oportu-

Um dos aspectos mais es quecidos pelo Município tem sido o da estrutura verde de Lisboa, que implantaríamos conjuntamente com a resolução dos problemas da habita ção e dos transportes.

Para já, começaríamos pela ligução do Parque Eduardo-



ao, nos espaços livres exisentes no tecido urbano, a fim de permitir a sua utilizacão polivalente como estacionamento, recreio e convívio. Nesta operação se incluirá o interior dos quarteirões.

Defenderemos uma política de "casa própria", e a integração na cidade das populações marginais, não através do sistema convencional dos bairros camarários, mas pela sua gradual integração nos tecidos urbanos já existentes ou em expansão.

Um outro problema nos preocupa especialmente, e promoveremos a sua imediata resolução. É o caso da indignidade dos cemitérios, que exige providências ime-

E urgente criar um Serviço Municipal de Cemitérios e aumentar para quinze anos ou, pelo menos, dez anos o período de enterramento, de modo a poder realizar-se, efectivamente, o ordenamen to dos cemitérios, e a obstar requentes no desenterra

mento dos "ligados". No campo da Saúde, o Ministério deverá coordenar a luta contra a droga e a poluição social, em especial no

O Município deverá, desde

 isto no campo da educacão e do ensino - "abrir" a Escola à vida comunitária de cada bairro, e para isso deverá incentivar as iniciativas das pessoas, das coletividades e das comunidade locais, tanto na educação como nos demais aspectos da vida social que dela são, afinal, insepará A Câmara e a Assembleia deverão lutar por uma reor-

ganização da cidade e do concelho de Lisboa, e propor a atribuição de funções del berativas ao Concelho Municipal, onde virão a estar re presentadas Associações de trabalhadores, instituições culturais e populares. "O DIA" - Na actual fase

evolutiva da situação política social portuguesa, qual a importância que o PPM atribui às eleições autárquicas, e em que medida crê que as mesmas poderão influenciar crático no nosso País?

G.R.T. - As eleições do próximo domingo não con tribuem para o processo de mocrático em curso. Os vícios de origem e a posição dos grandes partidos, que transformaram a luta eleito-

> ral num confronto das suas Continua na pág. 23

INSTITUTO DOS CEREAIS

AVISO

Avisam-se todos os agricultores que, para a campanha de milho de 1976/77, o preço foi superiormente fixado em 6\$00/kg.

Mais se informa que a abertura dos silos, celeiros e armazéns do «Instituto dos Cereais» para a recepção do cereal se verificará no próximo dia 13 do corrente e o seu encerramento no dia 31 de Maio de 1977.

Chama-se à atenção dos agricultores, que para as entregas

1. Apresentação do Cartão de Produtor passado pelo Instituto

2. A entrega de uma única declaração de venda do cereal no acto da recepção da qual deverá constar a totalidade do cereal, que pretenda entregar, desta colheita.

As declarações de venda terão de dar entrada nos Serviços Regionais do Instituto dos Cereais até 31 de Janeiro de 1977. 4. As normas que regularão a entrega do milho vão ser de

imediato transmitidas aos Serviços Regionais, onde poderão

O pagamento do cereal processar-se-á da seguinte forma: 2\$50/kg. até 24 horas após a entrega e 3\$50/kg de 8 a 15 dias depois.

A entrega do cereal deverá processar-se de acordo com a programação a estabelecer com os Serviços Regionais do Instituto dos Cereais, podendo, eventualmente, e em casos muito excepcionais, admitir-se a possibilidade de um adiamento sobre o valor do cereal na posse do produtor.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1976.

PAGINA 12 O DIA 10 DEZEMBRO 1976

10 DEZEMBRO 1976 () DIA PAGINA 13